



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

Em 17 de Julho de 2020, apresentei uma interpelação escrita ao Governo sobre os montantes do erário público anualmente despendidos pelo Governo nos estudos, projectos de consultoria, relatórios e outros projectos de natureza semelhante realizados entre 2015 e 2019 por instituições privadas e universitárias, e sobre a publicidade e transparência deste assunto.

No entanto, da resposta dada pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, em 4 de Agosto de 2020, resulta que o Governo não dá a mínima importância à fiscalização da adjudicação de estudos e relatórios. Em relação à minha pergunta: **“vai o Governo criar uma página electrónica específica para a publicitação dos pormenores dos referidos serviços adjudicados?”**, na sua resposta, o Governo adianta que **“os serviços públicos divulgam o conteúdo dos relatórios de estudo à sociedade através de meios adequados”** e que **“nesta fase, o Governo não pretende criar um sítio electrónico próprio para a divulgação de todos os relatórios de estudo”**. Quanto à pergunta que coloquei sobre **“como é que o Governo vai reduzir as despesas com a adjudicação de serviços, a fim de alcançar o objectivo de racionalizar o uso do erário público?”**, o Governo limita-se a responder que está a **“planear criar uma base de dados de estudos para uso interno dos serviços”**, sem revelar quaisquer pormenores sobre isso, e, quanto à pergunta sobre **“como é que o Governo vai apurar se houve desperdício do erário público nesses**



**projectos e imputar as devidas responsabilidades aos dirigentes respectivos?**, o Governo **não deu nenhuma resposta**. Face a estas respostas irresponsáveis, os cidadãos sentem-se desiludidos e receiam que o cenário de desperdício do erário público venha a acontecer sem parar.

É de salientar mais uma vez que, no período entre 2015 e 2019, o Governo despendeu **cerca de mil milhões** em estudos, projectos de consultoria, relatórios e outros projectos de natureza semelhante, adjudicados a instituições privadas e universitárias, e que a percentagem de divulgação dos projectos de adjudicação, referidos por parte do Governo na sua página electrónica, diminuiu de 16,88 por cento em 2015 para 8,16 por cento no ano passado. Por outras palavras, quase 90 por cento dos projectos de investigação não foram divulgados, e isto quer dizer que a população não conhece os pormenores, mesmo havendo situações caóticas como adjudicações repetidas, abusos de poder em proveito próprio, desperdício do erário público, etc., e a população está bastante descontente por nada saber sobre isso.

O Governo continua a não se preocupar com o grave problema da falta de transparência existente na adjudicação dos referidos estudos, serviços e relatórios, e limita-se a responder que **“nesta fase, não pretende criar um sítio electrónico próprio”** e que está a **“planear criar uma base de dados”**, deixando a população bastante desiludida e a perder a confiança no Governo.

**Assim sendo, interpelo o Governo e solicito respostas completas, oportunas, claras, precisas e coerentes, em relação ao seguinte:**

1. Para além de **“planear criar uma base de dados de estudos”**, que medidas substanciais tem o Governo nesta fase, com vista a reduzir as



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

avultadas despesas com os estudos, projectos de consultoria, relatórios e outros projectos de natureza semelhante adjudicados a instituições privadas e universitárias?

2. Segundo a resposta do Governo a uma interpelação minha, este está a **"planear criar uma base de dados de estudos"**. Qual é então o ponto da situação? Existe alguma calendarização para isso? Em caso afirmativo, vai ser divulgada?
3. Nos últimos 5 anos, quase 90 por cento dos estudos, projectos de consultoria, relatórios e outros projectos de natureza semelhante adjudicados a instituições privadas e universitárias não foram divulgados, e foram gastos **cerca de mil milhões** de patacas do erário público. Quais são as empresas qualificadas para participar na adjudicação dos referidos estudos e relatórios? O Governo deve assegurar uma concorrência legal na adjudicação de estudos e relatórios, e evitar que a mesma se realize à porta fechada e que o desperdício do erário público passe a ser uma normalidade. Vai fazê-lo?

10 de Setembro de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
José Maria Pereira Coutinho**